



REQUERIMENTO Nº

DE 2015

Requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a constituição de Comissão Externa com vistas a realizar visita *"in locu"* nos canteiros de obras das marginais: Bota Fogo, Cascavel, Macambira e Leste Oeste na cidade de Goiânia - GO, que estão com suas obras morosas e paralisadas. Requer ainda, relatórios aos órgãos de fiscalização como, a fim de apresentarem a esta Comissão a situação na fiscalização orçamentária e contas nas obras das marginais supracitadas e eventuais crimes praticados pelo executivo, agentes públicos ou empreiteiras.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados visita *"in locu"* dos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC da Câmara dos Deputados aos canteiros de obras das marginais: Bota Fogo, Cascavel, Macambira e Leste Oeste na cidade de Goiânia- GO, que estão com obras lentas ou paralisadas. Requeiro ainda, relatórios aos órgãos de fiscalização como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da República (CGU), Advocacia Geral da União (AGU), Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF) a fim de apresentem a esta Comissão a situação na fiscalização orçamentária e contas nas obras das marginais supracitadas e eventuais crimes praticados pelo executivo, agentes públicos ou empreiteiras.

JUSTIFICAÇÃO

Em Goiânia os deslocamentos seriam garantidos com programas de implantação de vias adequadas ao projeto urbano, como marginais exaustivamente projetadas a mais de 20 anos, mas nunca concluídas a contento, e não só seriam voltadas para os veículos automotores, mas também para ciclistas e pedestres, mas existe uma dificuldade no desenvolvimento das vias marginais e outras vias da capital goiana devido a lentidão nas execuções, indícios de superfaturamentos, falta de gestão pública, entre outros problemas.

Como exemplo, vejamos que no caso da marginal Botafogo que entrou em processo de licitação para as obras de prolongamento que foi aberta no dia 24 de dezembro de 2014, e receberia as propostas até o dia 2 de fevereiro de 2015 para a construção da pista Norte-Sul (apenas um sentido), obras de galeria pluvial e de drenagem, a construção da ponte sobre a Rua 1.018 e as alças na Avenida 2ª Radial, a Prefeitura projetou um gasto de R\$ 23,9 milhões, com entrega para um ano, mas acontece que houve reajustes em fevereiro de 2015 com o acréscimo de 1,69%, com preço final de R\$ 24,3 milhões (aumento de R\$ 400 mil a mais aos cofres públicos).

O projeto que contempla o outro sentido (Sul-Norte) e o viaduto em três níveis no cruzamento da Marginal Botafogo com a Avenida Jamel Cecílio, está estimado em mais de R\$ 60 milhões, mas ainda em agosto de 2011, o orçamento já havia chegado a R\$ 45,9 milhões.

Em 2011 o governo federal era quem financiava os projetos, à época, a Prefeitura realizou 15 aditivos contratuais e apenas 378 medições da obra, o custo chegou a R\$ 45,9 milhões ainda em 2011, e passou a ser questionado pelo Tribunal de Contas da União - TCU. O que gerou a suspensão da continuidade por indícios de sobrepreço segundo o TCU.

Para sanar a suspensão da obra e dar continuidade, a Prefeitura deveria regularizar a medição da obra para equacionar o orçamento, mas a decisão administrativa do TCU, no entanto, foi por realizar outro processo licitatório, mas apenas com parte do complexo viário. A assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Obras (Semob) não informou de onde será o orçamento para a obra, já que a mesma poderia ser executada com verba do Tesouro Municipal, conforme a recomendação do próprio TCU.

A marginal, que liga as regiões norte e sul de Goiânia, por onde passam cerca de 40 mil carros por dia, ficou fechada durante quase nove meses em 2012, mas para muitos moradores e motoristas a interdição durante todo este tempo foi em vão.

Na marginal Macambira Anicuns o problema é de muita lentidão como podemos ver na matéria a seguir:

“Paulo Garcia reconhece que não terminará Macambira Anicuns: “É uma obra de vários mandatos”

29/01/2015 10h45

Por Marcello Dantas

Edição 2064

Prefeito de Goiânia indicou que 25% das obras estarão concluídas até o término do ano que vem. Primeira etapa do projeto foi iniciada em setembro de 2014



Paulo Garcia faz vistoria nas obras, na Região Sudoeste da capital | Foto: Fernando Leite/Jornal Opção

As obras Parques do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (Puama) não serão concluídas antes do fim do mandato do prefeito Paulo Garcia (PT). “Não termina dentro do prazo. É uma obra de vários mandatos”, afirmou o petista, em entrevista coletiva nesta quinta-feira (29/1), no Parque Bernardo Élis, entre os setores Faiçalville e Jardim Europa, Região Sudoeste da capital.

Aos jornalistas, ele ressaltou que o atraso advém, principalmente, da desistência da primeira empresa que ganhou a licitação para a execução dos trabalhos. Idealizado em 2003 pelo ex-prefeito Pedro Wilson (PT) — hoje presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) —, o projeto assumiu lugar de destaque nas discussões de preservação ambiental na cidade, dado o seu tamanho.

Relacionados



[Todos torcem para que o Macambira-Anicuns não vire a Ferrovia Norte-Sul de Goiânia](#)

Segundo Paulo Garcia, a expectativa é que as obras cheguem a 25% até fim de 2016. “Vamos licitar o projeto para todos os setores. Assim, vai ficar tudo pronto para o próximo homem ou mulher que irá administrar Goiânia”, destacou. No total, a Macambira-Anicuns envolve 131 bairros da cidade.

O prefeito pontuou ainda que os trabalhos “nunca parariam por falta de recursos”. “Queremos gastar logo esse dinheiro [contratado em dólar]. Por isso faço frequentes visitas ao BID [Banco Internacional do Desenvolvimento] para apresentar a evolução das obras”, disse.

Iniciada em setembro de 2014, a primeira etapa vai da Avenida Hélio França, no Setor Faiçalville, ao Parque Bernardo Élis, na Avenida Milão, Jardim Europa, em um percurso de 4,4 quilômetros do Parque Linear, além da execução de todo o conjunto de obras do Parque Ambiental Macambira (PAM).

Histórico

O projeto do Macambira-Anicuns só começou a sair do papel em meados de 2011, com a assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além das ações da Prefeitura na parte inaugural do Parque Linear Macambira, no Setor Faiçalville.

Já em 2012, foi aberta licitação para execução da obra. A Empresa Sul Americana de Montagens S/A (Emsa) venceu o processo para executar a primeira etapa, a um valor de R\$ 185 milhões. Pouco mais de três meses

depois, a empresa pediu aditivo no contrato em relação tanto na previsão de entrega, até então 210 dias, quanto no valor a receber.



Projeto do Macambira-Anicuns só começou a sair do papel em meados de 2011 | Foto: Fernando Leite/Jornal Opção

Contudo, a prefeitura e o BID negaram o aditivo, fazendo com a que a Emsa abandonasse a obra. O distrato do contrato — concluído em 2013 — passou a ser discutido na Justiça, o que, conseqüentemente, atrasou a realização de uma nova licitação e a continuação da obra.

A nova licitação só ocorreu em 2014, em que o consórcio formado pelas empresas Sobrado Construção, GAE e Elmo venceu sem concorrência. As duas primeiras empresas têm ou já tiveram alguma ligação com o Paço Municipal.

A Sobrado Construção é ligada à Tecpav — empresa contratada pela Prefeitura para locação de veículos, como caminhões compactadores para a coleta de lixo urbano; e a GAE foi a empresa responsável pela construção dos viadutos que passam pela Marginal Botafogo e Rua 88, no Setor Sul. As obras tiveram certa polêmica, visto que chegaram a ser paralisadas por falta de pagamento.”

<http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/paulo-garcia-reconhece-que-nao-terminara-macambira-anicuns-e-uma-obra-de-variados-mandatos-27228/>

O problema, por sua magnitude e conseqüências, foi objeto de extensa reportagem nas mídias e veículos de comunicação em vários anos durante mais de 22 anos onde os projetos não eram cumprido nem respeitado quanto a dotação orçamentária de execução.

No sítio de comunicação eletrônico G1.com em 22/07/2013 16h41:
“Moradores esperam há 22 anos por obra da Marginal Cascavel, em Goiás”.



A verdadeira situação negativa em que obras das marginais da capital goiana veem sendo administradas justifica plenamente o presente requerimento, ainda mais diante das controvérsias sobre o posicionamento da prefeitura perante os gastos, licitações e execuções das referidas obras.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, em de de 2015.

DELEGADO WALDIR
DEPUTADO FEDERAL – PSDB/GO